



## ASSOCIATIVISMO RURAL: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado

Maria dos Remédios Beserra<sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente estudo lança seu olhar para compreender a atuação das Associações de Pequenos Produtores Rurais no município de Picos (PI) como mecanismo potencializador da inserção do agricultor familiar no mercado local de forma mais competitiva, buscando caracterizar de que forma se dá a articulação entre as Associações de Pequenos Produtores Locais, seus associados e as instituições locais com vistas à viabilização de projetos de interesse das famílias rurais. A pesquisa foi realizada junto a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Miroelândia-ACPPRM, no período de julho/2010 a janeiro/2011, numa abordagem qualitativa. O estudo aponta a importância do associativismo para os agricultores familiares pensarem um projeto político de defesa de seus interesses, se constituindo em importante espaço de resistência e luta contra os interesses do capital.

**Palavras-Chave:** Associativismo rural. Questão agrária. Participação.

### ABSTRACT:

The present study aims to understand the role of Associations of Small Farmers in the city of Picos (PI) as a strong mechanism of insertion of the family farmer in the local market / regional more competitively, trying to characterize how the articulation occurs between Local Associations of Small Producers, its associates and local institutions with a view to enabling projects of interest to rural families. The research was conducted with the Community Association of Small Farmers of Miroelândia-ACPPRM from July 2010 to January/2011, in a qualitative approach. The study highlights the importance of associations for family farmers, despite the obvious difficulty that has to think and achieve a political defense of their interests and that therefore constitute an important area of resistance and struggle against the interests of the capital .

**KEYWORDS:** Rural Associations. Agrarian question. Participation.

---

<sup>1</sup>Estudante de Pós-Graduação. Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA). E-mail: mrbeserra@yahoo.com.br



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a atuação das associações de pequenos produtores rurais na sua luta permanente pela viabilização de seu modo de produção e de vida no campo, buscando assegurar melhores condições de trabalho e de acesso aos direitos sociais. A complexidade das relações sociais presente na agricultura brasileira é bastante visível e decorre, sobretudo, da forma como o trabalho se organizou no campo sob os imperativos capitalistas.

Nesse contexto o trabalho associativo e o uso de práticas solidárias e cooperativas têm sido entendidos como mecanismos que podem facilitar o processo produtivo, além de propiciar melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas e com a sociedade de maneira geral, o que contribuiu para a emergência, desde a década de 1980, de inúmeras iniciativas associativistas ou comunitárias que se propõem ao fortalecimento da agricultura familiar, resgatando a experiência democrática e as atividades de cooperação.

O objetivo central do estudo é compreender a atuação da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, no município de Picos (PI), enquanto estratégia de viabilização da agricultura familiar, constituindo-se, portanto, como mecanismo potencializador da inserção do agricultor familiar no mercado local e da conquista de melhores condições de vida. Com essa perspectiva, buscou-se compreender a realidade em que se movem essas organizações, a fim de se efetivarem como canal de participação e representatividade na luta empreendida pelos associados visando à conquista de melhores condições de trabalho e de vida.

A proposição básica - a mediação da associação de pequenos produtores na integração da agricultura familiar ao mercado como alternativa de enfrentamento da pobreza rural - serviu como guia de análise de estudo realizado, buscando compreender a participação social dos associados, a legitimidade e a representatividade das associações como instrumento de afirmação ou negação dos interesses dos grupos subalternos.

Espera-se que os resultados do estudo sejam aproveitados pelas associações, enquanto organizações que reúnem trabalhadores não só para produzir, mas também



para uma ação política, de resistência à exploração e à dominação. E, ainda, que contribuam para agregar novos elementos ao debate sobre o associativismo local, bem como ao ensino do Serviço Social particularmente no que se refere ao estudo dos movimentos sociais no campo e das contradições geradas pela cooperação no mundo do trabalho.

## **2 O APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR VIA INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO: UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA RURAL**

No Brasil, a propriedade da terra e a situação das pessoas que nela trabalham é grave: prevalece a concentração fundiária, bem como a expropriação e exploração do trabalho daqueles que nela vivem. Martins (1982), ao analisar o quadro da estrutura fundiária brasileira afirma

Ele nos mostra que a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem, ou deixam a terra, que é seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas [...] O processo de expropriação, de diferentes maneiras, violentamente ou não, tem ocorrido no país inteiro (MARTINS, 1982, p. 53).

A gênese desse processo encontra-se na formação social brasileira e no modelo de desenvolvimento historicamente adotado em que “a elevada concentração da propriedade da terra e a desigual distribuição da propriedade dos recursos produtivos de origem industrial, conformaram uma formação social capitalista no Brasil de exclusão social” (MOREIRA, 2007, p. 161). O Relatório do Banco Mundial (2001), no início do século, chama atenção para a pobreza no Brasil, reafirmando que esse é um fenômeno predominantemente rural. De acordo com os dados apontados, 43% dos pobres no Nordeste e Sudeste brasileiro vivem nas áreas rurais, um contingente de aproximadamente 9,8 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Esses resultados se reproduzem na atualidade. No *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, de 2008, o Banco Mundial mostra que três em cada quatro pessoas de baixa renda nos países em desenvolvimento vivem na zona rural e a maioria depende direta ou indiretamente da agricultura para sua subsistência.



A agricultura familiar, no Brasil, é um campo de luta na busca de um espaço próprio na economia e na sociedade, uma vez que sempre esteve à margem dos interesses dominantes, centrados na grande propriedade. Nessa condição, a agricultura familiar conta com inúmeras limitações tanto no âmbito da produção como da comercialização, ocupando historicamente uma posição de dependência em relação à economia em geral, cuja superação é buscada, no discurso oficial, pela via da integração à economia de mercado.

A estrutura fundiária no Piauí apresenta uma alta concentração de terras. Segundo dados de 2006 do IBGE, os estabelecimentos menores de 10 ha apesar de representarem 60,67 % do total de estabelecimentos do estado, ocupam uma área correspondente a apenas 3,15 %. Já os estabelecimentos de 100 ha e mais representam 7,12% do total, ocupando, no entanto, uma área de 6.793.075 ha (71,46%). Neste sentido, fica evidenciado que a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense apresenta resultados muito distantes do que é necessário para o combate à pobreza rural e para assegurar terra aos que nela vivem.

Compartilhando com a perspectiva de combate a pobreza rural colada à concepção de inserção da agricultura familiar no mercado, como estratégia para agregar valor à produção local, via comercialização de produtos mais elaborados, a Fundação Banco Brasil-FBB desenvolve a proposta de estruturação de empreendimentos sustentáveis e solidários em cadeias produtivas com vistas à superação da pobreza rural.

Ao discorrer sobre o associativismo no meio rural brasileiro, Costa (2009) aponta as associações de pequenos produtores rurais como canais de agregação social que coexistem com outras categorias associativas, com a função de socialização, participação e representação e cujos objetivos estão diretamente relacionados à satisfação das necessidades sociais numa dada realidade local. A experiência mostra que as associações de pequenos produtores rurais constituem canais legítimos de defesa de condições dignas de existência e de trabalho, muito embora se possa referir a baixa efetividade de suas ações e que nem sempre contam com representatividade.

Acredita-se, que mesmo com os muitos desafios a enfrentar na agricultura familiar, o associativismo se apresenta como uma estratégia eficaz para a superação



desses desafios, contribuindo para a inclusão social e a diminuição das desigualdades. Toma-se como pressuposto que o pequeno produtor é capaz de desenvolver uma ação livre e organizada: a dominação e a hegemonia não são absolutas. O trabalho associativo e a ação organizada da população podem levar o pequeno produtor a sair da passividade e escapar da tradicional dominação.

Com base nas diretrizes que orientam as iniciativas de enfrentamento à pobreza rural na área investigada, foi escolhida como unidade de análise neste estudo a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia – ACPPRM, enquanto organização vinculada ao projeto da cadeia produtiva da Mandioca da Fundação Banco do Brasil, desde 2009. Compreender como se concretiza o processo participativo na prática social da Associação possibilitará a apreensão do movimento que realiza para afirmar os interesses dos associados, particularmente quanto as modificações das condições de inserção no mercado, na perspectiva da cadeia produtiva da mandioca e também sua contribuição para a criação de novas práticas e relações entre os atores envolvidos no processo produtivo.

### **3 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE MIROLÂNDIA E O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO**

A comunidade da Mirolândia está situada as margens da BR 316/ km 293, em Picos, Piauí. Iniciou-se por volta do ano de 1950, com a chegada das primeiras famílias das localidades vizinhas – Jenipapeiro, Sadio, Brejo, Mirorô, Piçarreira - que vieram em busca de terras: terras para morar, produzir, ter liberdade; terras boas para o plantio da mandioca, cultura em expansão que possibilitasse a geração de renda.

Embora dedicados a cultura de subsistência, essas famílias tinham na cultura do algodão sua principal fonte de renda. Com a crise do algodão no mercado, e quase sem meios para sobreviver e produzir, o deslocamento para outra área mostrou-se como única alternativa capaz de garantir a sobrevivência do grupo. Em seus depoimentos, os primeiros moradores apontam, ainda, que a construção da estrada - BR 316, em 1947, e as novas possibilidades de comunicação que então se estabeleceram com a sede do



município levaram essas famílias à ocupação de terras devolutas, mais tarde objeto de regularização fundiária pelo governo.

Na economia local destaca-se a cultura da mandioca, mas nos últimos anos, a cultura do caju vem despertando interesse crescente entre os produtores, em razão do mercado promissor. As condições de vida na comunidade ainda se mostram bastante precárias, embora contem com um melhor acesso aos serviços públicos na sede do município. O cultivo obedece as regras do clima, a safra é única e na entressafra ele se dedica a outras atividades, sempre referidas a agricultura, como o trabalho como diarista no processo de beneficiamento da mandioca, pequenos consertos, construção de cercas, pequeno comércio.

Somente em 1993 é constituída formalmente a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, tendo como objetivo *“fomentar atividades produtivas, de infra-estrutura social e serviços sociais para melhorar as condições de vida da comunidade, visando à autogestão”* (Art. 2º, Estatuto da Associação). As lutas empreendidas pela Associação expressam o grau de vulnerabilidade social em que vivem os associados em âmbito local e os muitos desafios a serem enfrentados pelo trabalho associativo no que se refere a sua capacidade de mobilização para discussão e planejamento de ações que tragam respostas concretas aos problemas que enfrentam no trabalho e no acesso a bens e serviços públicos.

A participação dos agricultores familiares de Mirolândia na Associação há de ser pensada, não apenas em termos de frequência nas reuniões ou de sua contribuição mensal como associado, mas da qualidade dessa participação, ou seja, do compartilhamento no processo decisório da associação.

Ao analisar o processo participativo, verifica-se que os associados questionam o numero reduzido de reuniões, responsabilizando ao mesmo tempo o próprio associado pelo privilegiamento de interesses particulares nas discussões: sua posição pragmatista imediatamente atrelada à satisfação de necessidades imediatas, enfim, o privilegiamento do particular em detrimento do coletivo. A queixa traduz o critério de valor atribuído ao processo participativo, ou seja, expressa o sentido que deve assumir a participação como



um processo de partilhamento de decisões em proveito dos interesses e necessidades da coletividade.

A mobilização para criação da Associação se deu em torno da centralidade da falta de abastecimento d'água e seu rebatimento na vida das famílias e, por extensão, na agricultura familiar, no sentido de levar o poder público a assegurar melhores condições de vida à população. Os registros disponíveis mostram que as reivindicações dos produtores se converteram em projetos coletivos, sobretudo pela interveniência personalizada do presidente cuja atuação se destaca pelo domínio das informações e capacidade de captação de recursos.

Um aspecto a ressaltar é que ficou evidenciado que os associados se distanciam das discussões políticas que envolvem críticas ao poder dominante. É possível inferir que esse posicionamento tem levado à continuidade de sua diretoria. O estudo mostra que na Associação de Mirolândia, o produtor deseja usufruir dos benefícios sociais e econômicos ativados pela Associação, mas, por outro lado, expressa desconfiança em relação a decisões inovadoras que não constam de seu cotidiano. O associado se move no sentido de assegurar sua existência, mas não tem ainda construída uma visão da necessidade de transformação social que afirme os interesses coletivos em defesa da agricultura familiar.

A participação é tema freqüente nas discussões, nos estudos e análises dos diversos contextos societários quando se trata da construção de espaços democráticos. Muitos são os significados. Para Sales (2006, p. 124) “participar é ter poder de definir os fins e os meios de uma prática social, poder que pode ser exercido diretamente ou através de mandato, delegações ou representações”.

O estudo aponta a fragilidade da capacidade de produção dos agricultores familiares locais devido às condições de financiamento e ao uso de técnicas tradicionais de cultivo da mandioca e de outras culturas, além das sérias deficiências relacionadas com o processo de beneficiamento dos produtos agrícolas (higiene, equipamento, conservação). É perceptível a importância da Associação como mediadora dos interesses dos associados na medida em que passa a agregar função política de articulação do pequeno produtor à cadeia produtiva, embora não se faça reconhecer no papel de



mediador único. Os dados mostram, no entanto, que a vivência organizativa dos produtores ainda é frágil; suas próprias condições de trabalho contribuem para seu distanciamento das atividades e do processo decisório da Associação, que fica centralizada nos seus dirigentes.

Assim, o reconhecimento da ação associativa como elemento dinamizador da luta por melhores condições de vida no campo torna-se, portanto, algo inquestionável, pois retrata o movimento permanente que os agricultores familiares empreendem na sua luta por um espaço na agenda pública da sociedade do capital.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de modernização da agricultura brasileira acarretou inúmeras mudanças nas relações sociais no campo, mudanças essas que impulsionaram modificações no âmbito social, econômico e tecnológico. Nesse quadro de manifestação da questão agrária evidencia-se a expropriação do agricultor familiar em decorrência do uso cada vez mais freqüente do trabalho assalariado (principalmente temporário) e o agravamento das condições de exploração da força de trabalho.

As associações de pequenos produtores se colocam assim como uma opção estratégica de mobilização e resistência da agricultura familiar para enfrentamento dos impasses apresentados pela questão agrária. Nesse sentido, sua atuação vai expressar as particularidades e contradições presentes nos diversos contextos societários em que se situa, na busca por respostas concretas as demandas postas pelos associados.

Com a redemocratização e o aval dos dispositivos constitucionais o pequeno produtor passa a figurar na agenda governamental. Abre-se espaço para os grupos organizados, entre eles as associações dos pequenos produtores que não só funcionam como espaço de socialização e participação, mas também como instâncias capazes de representar as demandas e reivindicações da agricultura familiar.

Entende-se que a análise das contradições na vivência associativa implica sua apreensão na totalidade da vida social. Ou seja, a partir da produção e reprodução das relações sociais. O associativismo rural é, sem dúvida, um processo que se instala na



realidade social brasileira sob múltiplas determinações e instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais da agricultura familiar na busca de autonomia no processo de produção e no desenvolvimento local. Trata-se, portanto, de uma experiência gerada na questão agrária, por ela determinada e, ao mesmo tempo, uma das estratégias encontradas pelo pequeno produtor para seu enfrentamento no contexto das relações sociais no campo. A discussão coloca em evidência o significado estratégico das associações para a sustentabilidade das propostas do governo, aparecendo como suporte necessário nos programas de combate à pobreza rural.

O estudo de caso realizado junto à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia (Picos-PI) chama atenção para sua inserção no contexto local enquanto espaço de participação e condições de representação do coletivo da agricultura familiar nas negociações com os intermediários e outras instâncias que integram a cadeia produtiva da mandioca. O aspecto evidente é que a qualidade da participação no sentido de reafirmar o compromisso dos associados com o projeto dos pequenos produtores é fator decisivo na luta empreendida contra as inúmeras dificuldades que se colocam para a agricultura familiar, pois a conquista por melhores condições de trabalho e acesso aos direitos sociais requer um embate permanente entre o Estado e a sociedade civil no sentido de reafirmar os interesses dos que vivem no campo, de modo a assegurar a luta permanente pela ampliação do espaço político dos agricultores familiares.

É preciso, no entanto, reconhecer que o funcionamento do Estado brasileiro dificulta a democratização das decisões e a concretização de muitas das propostas empenhadas pela Associação em virtude do predomínio de uma razão tecnoburocrática, do excesso de papelada, da lentidão, da ineficiência, da falta de recursos, da instabilidade dos projetos de parceria do Estado, devido à rotatividade do poder, da falta de transparência que dificulta o acesso a informação, dentre outros aspectos.

Vale reconhecer, no entanto, que a base associativa permite aos agricultores familiares lutar contra a pobreza, distinguir iniciativas sustentáveis que o auxiliem a realizar de maneira mais competente a sua atuação na esfera produtiva. Com essa compreensão, entende-se que a Associação consegue realizar um processo que contribui para inverter a



situação desses pequenos produtores, antes isolados e subordinados aos mecanismos econômico-sociais, tornando-os capazes de atuar com autonomia, num processo decisório historicamente apropriado pelos operadores desses mecanismos.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Departamento do Brasil/Região da América Latina e do Caribe. Relatório nº 21790-BR. **Combate à Pobreza Rural no Brasil: Uma Estratégia Integrada**(em dois volumes) Volume I: Resumo. 27 de dezembro de 2001.

COSTA, A.A.A; RIBEIRO, T.C.A. **O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas**. Disponível em: <[www.portaldoagrovt.com.br/agro/associativismo.pdf](http://www.portaldoagrovt.com.br/agro/associativismo.pdf)> Acesso em 02 nov.2009

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. INCRA, 1996.  
INCRA/FAO. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Guia de Geração de Emprego e Renda: Nova Perspectiva na Elaboração de Políticas, Programas e Projetos de Geração de Trabalho e Renda**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008.

MARTINS, J. S. **Expropriação & Violência – a questão política no campo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: HUCITEC,1982. 181 p.

MOREIRA, R.J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SALES, I.C. **Os Desafios da gestão democrática da sociedade: em diálogo com Gramsci**. 2ª ed. Sobral, CE: Editora da UFPE, 2006.